

MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira. **Contribuição ao estudo do planejamento municipal no Brasil: o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Presidente Prudente (SP) – 1969**. Presidente Prudente, 1997. 268 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. (Orientadora: Lúcia Maria Gomes Corrêa Ferri).

Resenha de Maria Encarnação Beltrão SPOSITO

A idéia de planejamento urbano e, sobretudo, a sua proposição a partir de princípios orientadores do uso e ocupação do solo urbano, baseados na concepção de separação territorial entre as diferentes funções urbanas, é algo do século XX.

Pode-se dizer que a gênese dessa concepção de planejamento está na realização dos CIAMs – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, ocorridos a partir de 1928.

O mais importante dentre esses encontros foi o de 1933, realizado em um navio e concluído na cidade de Atenas.

Foi durante essa viagem que arquitetos, urbanistas e artistas analisaram várias cidades, com base em material cartográfico, o que lhes permitiu uma série de constatações, as quais contribuíram para a formulação de um documento que se denominou “Carta de Atenas”.

O conjunto de princípios reunidos nesse texto podem ser considerados como os mais significativos do “Urbanismo Progressista”, também denominado de “Urbanismo Funcionalista” ou “Urbanismo Racionalista”.

Uma análise dessa proposta permite-nos verificar o quanto se procurou, a partir de uma nova concepção para o ordenamento do território urbano, transpor para a cidade os mesmos princípios aplicados à reorganização da produção no interior das indústrias nas décadas anteriores, como parte das mudanças no processo produtivo que são reconhecidas como “2ª Revolução Industrial”, ou como “Taylorismo”, ou ainda como “Fordismo”.

Se tomamos como referência a América Anglo-saxônica e a Europa Ocidental é notável, ainda na primeira metade do século XX, a influência dos princípios contidos na “Carta de Atenas”, na condução das dinâmicas de organização do espaço urbano.

Contudo, quando se considera a realidade brasileira, verifica-se que, à parte experiências pontuais, os reflexos mais notáveis dessa influência começaram a ser observados na segunda metade deste século e, mais especialmente, a partir dos anos 60.

O planejamento passou a ser objeto de interesse, não ao acaso, justamente no período em que se acentuou a dinâmica de transferência da população do campo para as cidades, gerando aceleração nos ritmos de crescimento urbano, sobretudo nas metrópoles e, num segundo plano, nas cidades de médio porte.

Ao nosso ver, foi em função desse contexto de mudanças rápidas, acrescido de uma maior difusão do ideário de modernidade, fortemente identificado com as cidades, e tendo como símbolo maior, a própria construção de Brasília, que a prática do planejamento urbano instaura-se no país, apoiada a partir de 1964 pelo Estado, controlado por uma ditadura militar.

A expressão mais clara dessa valorização de políticas de planejamento pode ser encontrada na proliferação de iniciativas das mais diversas, para a elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado, muitos dos quais eram, na essência, planos de desenvolvimento urbano.

Esse painel, traçado de forma tão sintética, oferece alguns elementos para que se perceba a importância da realização de pesquisas, interessadas em desvendar a forma como se instauraram essas práticas e as conseqüências resultantes do desenvolvimento de políticas de planejamento no país.

Sob esse prisma, é de grande relevância a pesquisa desenvolvida por Marisco (1997), que resultou na dissertação de mestrado em pauta.

O objeto desse trabalho – o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Presidente Prudente (SP) 1969 – constitui contribuição significativa para a realização de um diagnóstico a propósito do planejamento municipal no Brasil, como o próprio título da dissertação enseja.

O texto está organizado em sete partes, seguidas por anexos, um resumo e um *abstract*.

Na Introdução do trabalho encontramos, além das considerações iniciais, a apresentação dos objetivos e da metodologia que conduziram a pesquisa, e, ainda, dados que permitem a caracterização geral da área de estudo.

No capítulo dois, está a discussão de base mais teórico-conceitual, realizada a partir da bibliografia percorrida pela autora, o que permite ao leitor apreender um quadro geral da evolução histórica do modo de pensar a organização das cidades, com destaque para o papel do planejamento urbano nessa dinâmica.

Em seguida, no capítulo três, são levantados dados e resgatadas experiências de diferentes ordens, que oferecem um quadro geral da experiência brasileira em planejamento urbano. As décadas de 60 e 70 do século XX são avaliadas de forma mais atenta.

É no capítulo quatro que a autora se aproxima, efetivamente, de seu objeto de estudo ao apresentar um resgate bastante cuidadoso da história do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Presidente Prudente, oferecendo elementos para que se perceba o quanto conflitos e alianças políticas interferiram nas decisões que conduziram ao retardamento na aprovação desse importante instrumento para a ação pública e privada no município.

No capítulo seguinte há uma caracterização geral do Plano Diretor, com informações que propiciam ao leitor condições para compreender a filosofia que o norteou, a estrutura a partir da qual se produziu esse documento, bem como as políticas nele contidas.

Nas Conclusões, há uma recuperação de pontos desenvolvidos na dissertação e, ainda, uma avaliação de aspectos políticos e administrativos, levando à apresentação das diretrizes alcançadas e as não alcançadas com essa experiência.

As Referências Bibliográficas são inseridas, na seqüência, oferecendo aos interessados fontes importantes para a compreensão do planejamento no Brasil, bem como para uma leitura da realidade de Presidente Prudente.

A relevância do desenvolvimento dessa pesquisa não está apenas na contribuição que oferece à compreensão mais ampla acerca do planejamento no Brasil, pois há outros aspectos igualmente significativos, que gostaríamos de destacar, os quais são indicadores da importância dessa dissertação, tendo em vista algumas singularidades relativas ao estudo desse caso.

Em novembro de 1996 foi aprovado o novo Plano Diretor de Desenvolvimento de Presidente Prudente, cujas repercussões e resistências à obediência de seus preceitos podem ser sentidas, quer seja através de matérias difundidas pelos meios de comunicação, quer seja pelas iniciativas da Câmara Municipal em aprovar emendas, que tornem menos exigentes artigos que compõem às leis constitutivas desse Plano.

É, então, num momento de debate, no nível municipal, acerca da importância ou não da existência do Plano Diretor recentemente aprovado, que vem a público uma avaliação daquele que o antecedeu.

A leitura da dissertação oferece inúmeros elementos para que se possa avaliar as repercussões negativas da não aprovação imediata do primeiro plano, ao final da década de 60, bem como do não estabelecimento de uma política de planejamento, através da instalação de infra-estrutura e da constituição de uma equipe técnica na Prefeitura Municipal, capaz de colocar em prática e/ou em reavaliação as diretrizes daquele instrumento legal.

Assim, uma reflexão acerca dos caminhos e descaminhos percorridos para a elaboração, aprovação e consecução dos princípios do primeiro Plano são elementos valiosos para que se perceba a importância de se preservar e respeitar os dispositivos de que dispõe o segundo Plano, na perspectiva de que se instale a prática do planejamento, como forma de estabelecer diretrizes, que ao traduzir restrições aos interesses individuais, são eficientes na proteção dos interesses coletivos, tão evidentes nos espaços urbanos, por se constituírem em espaços de concentração.

Por outro lado, face ao descaso com que o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado foi encarado por diferentes representantes que estiveram à frente do Executivo e do Legislativo, essa dissertação deve ser valorizada por outro aspecto. Para a realização dessa pesquisa, a autora reuniu os vários volumes, nos quais se encontra o minucioso trabalho realizado pela equipe que elaborou o Plano, levantou documentos junto à Câmara Municipal e Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, realizou entrevistas e levantou matérias publicadas na imprensa local.

A 'redescoberta' desse material e a sistematização de parte dele para elaboração de sua leitura acerca da questão em pauta, foram caminhos abertos pela mestrandia para a realização de outras pesquisas, capazes de analisar diferentes dimensões desse processo e/ou aprofundar aspectos apontados por ela.

A investigação realizada ofereceu muitos elementos para uma leitura mais geográfica da temática trabalhada, na medida em que no capítulo 5 há dados que apontam para a necessidade de uma avaliação cuidadosa dos impactos, observados no plano do ordenamento territorial, decorrentes da não

observação dos preceitos do Plano e, além disso, de sua total descaracterização resultante de inúmeras emendas realizadas na legislação que o traduzia, ocorridas no decorrer dos anos 80 e início dos 90.

Esse enfoque não foi o privilegiado, mas a lacuna não desvaloriza o trabalho de Marisco, visto que sua proposta foi, sobretudo, recuperar a documentação disponível e avaliar as ações e contra-ações do poder público diante desse Plano. Muito pelo contrário, a análise apresentada oferece base para o desenvolvimento de outras perspectivas, e esperamos que essa resenha possa, eventualmente, estimular o desenvolvimento delas.

Com base ainda nas potencialidades abertas por essa dissertação, destacamos a validade de realização de um trabalho que possa verificar em que proporções os princípios contidos na Carta de Atenas e tão conhecidos através dos projetos e idéias de Le Corbusier, seu principal formulador, podem ser observados nos Planos Diretores de Presidente Prudente.

Abordagens como essas poderão ajudar os pesquisadores interessados em compreender as paradoxais formas de uso e ocupação do solo urbano nas cidades contemporâneas, à luz de seus fundamentos, de forma a que a sua leitura crítica permita-nos a construção de um novo urbanismo, menos pautado na segregação funcional e sócio-econômica das atividades urbanas e da habitação, capaz de produzir uma cidade com maior equidade territorial e com possibilidades mais efetivas de humanização da vida.